



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da segunda sessão ordinária de 2008 da Assembleia Municipal de Aljezur

**

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 24 de Abril de 2008

INÍCIO: 20:40 horas

ENCERRAMENTO: 22:10 horas

*

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Manuel António Custódio Rosendo, Segundo-Secretário

MEMBROS PRESENTES:

Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Johannes Alexander Schydlo, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, Manuel Alberto Santinho Cristo, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José Manuel dos Santos Marreiros, Sérgio Manuel da Silva Santos e Eliezer João Candeias

*

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS:

José Carlos Pacheco Silva, por Emanuel Marreiros Amaro de Jesus

Henrique Manuel Ramos Henrique, por Manuel José Marques do Nascimento

*

ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS:

Dionísio Manuel Nifro da Silva

*

VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DOS SEGUINTE MEMBROS:

António Manuel Guerreiro Lopes, António José Duarte Oliveira Rosa, Fernando Manuel Costa Rosa

*

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 20:40 horas

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS: – Foi lido o ofício do membro Henrique Manuel Ramos Henriques, de dezasseis de Abril de dois mil e oito, informando que por se encontrar ausente do Concelho, requer a sua substituição na presente sessão.-----

Em sua substituição, foi empossado o Senhor Manuel José Marques do Nascimento, portador do Bilhete de Identidade número nove milhões seiscentos e treze mil duzentos e treze, emitido em seis de Junho de dois mil e dois, pelo Arquivo de Identificação de Faro. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: – Foi presente a acta da sessão extraordinária realizada no dia dezoito de Janeiro de dois mil e oito.-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS: – Foi lido o ofício do membro José Carlos Pacheco Silva, de catorze de Abril de dois mil e oito, informando que por se encontrar ausente do Concelho, requer a sua substituição na presente sessão.-----

Em sua substituição, foi empossado o Senhor Emanuel Marreiros Amaro de Jesus, portador do Bilhete de Identidade número seis milhões oitocentos e trinta e nove mil setecentos e dezassete, emitido em dezassete de Outubro de dois mil e cinco, pelos Serviços de Identificação de Faro.-----

Posta à votação, a acta da sessão extraordinária realizada no dia dezoito de Janeiro de dois mil e oito, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção do membro Eliezer Candeias.-----

Foi presente a acta da sessão realizada no dia vinte e dois de Fevereiro de dois mil e oito.-----

Tendo-se verificado algumas imprecisões na presente acta, foi deliberado por unanimidade, que a presente acta seja aprovada na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

PONTO NÚMERO DOIS

LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: – Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta anexa:-----

– de Gabinete da Eurodeputada Edite Estrela, mail de onze de Fevereiro de dois mil e oito, acusando recepção da “Tomada de posição sobre a criação de medidas preventivas aplicáveis a vários empreendimentos no Município de Aljezur”.-----

– de deputados do Partido Comunista Português no Parlamento Europeu, ofício de vinte e dois de Fevereiro de dois mil e oito, acusando recepção da “Tomada de posição sobre a criação de medidas preventivas aplicáveis a vários empreendimentos no Município de Aljezur”.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Popular, ofício número duzentos e treze, de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e oito, acusando recepção da “Tomada de posição sobre a criação de medidas preventivas aplicáveis a vários empreendimentos no Município de Aljezur”.-----

– de Junta de Freguesia de Rogil, ofício número noventa e quatro, de três Março de dois mil e oito, informando que o Presidente da Junta de Freguesia retomou funções do dia vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Popular, ofício número quatrocentos e dezanove, de três de Março de dois mil e oito, acusando recepção das moções sobre o “funcionamento do Centro de Saúde de Aljezur”.-----

– de Gabinete do Primeiro Ministro ofício número dois mil cento e vinte e um, de quatro de Março de dois mil e oito, acusado recepção da moção sobre o “Funcionamento do Centro de Saúde de Aljezur”.-----

– de Câmara Municipal do Seixal, e-mail de cinco de Março de dois mil e oito,

- acusando recepção da moção sobre a “Lei Eleitoral das Autarquias Locais”.-----
- de Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ofício número noventa e nove, de quatro de Março de dois mil e oito, acusando recepção das moções sobre o “funcionamento do Centro de Saúde de Aljezur”.-----
 - de Assembleia Municipal de Valença, ofício-circular número setenta e quatro, de quatro de Março de dois mil e oito, enviando moção sobre a “Lei Eleitoral das Autarquias Locais”.-----
 - de Grupo Parlamento do Partido Comunista Português, ofício número vinte e quatro mil cento e sessenta e três, de sete de Março de dois mil e oito, acusando recepção da moção sobre a “Lei Eleitoral das Autarquias Locais”.-----
 - de Junta de Freguesia de Aljezur, ofício número cento e três, de onze de Março de dois mil e oito, enviando cópia de ofício enviado à Capitania do Porto de Lagos, sobre protecção da falésia da Ponta da Atalaia - Ribat da Arrifana.-----
 - de Gabinete do Primeiro Ministro, ofício número dois mil quatrocentos e setenta e dois, de onze de Março de dois mil e oito, acusando recepção da moção sobre “Projecto de Lei quatrocentos e treze barra X - Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais”.-----
 - de Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ofício número duzentos e dois, de doze Março de dois mil e oito, acusando recepção da moção sobre a “Lei Eleitoral das Autarquias Locais” e envia a posição sobre o assunto apresentada quando do debate na Assembleia da República.-----
 - de Grupo Parlamentar do Partido Popular, ofício número quatrocentos e sessenta e dois, de sete de Março de dois mil e oito, acusando recepção da moção sobre a “Lei Eleitoral das Autarquias Locais”.-----
 - de Casa Civil do Presidente da República, ofício número mil novecentos e sessenta e sete, de doze de Março de dois mil e oito, acusando recepção sobre o “Funcionamento do Centro de Saúde de Aljezur”.-----
 - de Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ofício número oito mil seiscentos e vinte e nove, de onze de Março de dois mil e oito, acusando recepção da moção sobre a “Lei Eleitoral das Autarquias Locais”.-----
 - de Comissão do Poder Local, Ambiente e Ordenamento da Assembleia da República, ofício número sessenta e oito, de catorze de Março de dois mil e oito, acusando recepção da moção sobre a “Lei Eleitoral das Autarquias Locais”.-----
 - de Casa Civil do Presidente da República, ofício número dois mil e noventa e seis, de dezoito de Março de dois mil e oito, acusando recepção da moção sobre a “Lei Eleitoral das Autarquias Locais”.-----
 - de Grupo Parlamentar “Os Verdes”, faxe nove de Abril de dois mil e oito, acusando recepção de moção sobre o “Funcionamento do Centro de Saúde de Aljezur”.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO: – A Senhora Ana Santos referiu que o Mercado Municipal tem vindo a sofrer algumas melhorias, no entanto, ainda se encontram algumas fissuras nas paredes, com cerca de um centímetro e, no lado do talho existe uma escadaria que vai dar aos arrumos do sótão que parece oferecer pouca segurança, pelo que seria aconselhável os técnicos da câmara verificarem essa segurança. Disse ainda que, uma vez que as obras das piscinas municipais já estão finalizadas, seria aconselhável que o pavilhão municipal também fosse pintado da mesma cor, pois encontra-se com um aspecto pouco simpático, assim como a igreja matriz que também já merecia uma pintura nova, ou então uma boa limpeza para que fique com um ar mais limpo, nomeadamente por ter uma localização privilegiada. Disse ainda querer falar sobre uma moção que foi apresentada na Assembleia Municipal em dois mil e seis, pela bancada do PSD, que visava os cuidados continuados e que foi

aprovada por maioria, apesar de ter havido alguma argumentação. Referindo ter visto num jornal da região uma notícia sobre a aprovação de um protocolo para abertura de uma UCCI no concelho de Odemira e mencionando que apenas queria dar conhecimento desta situação, que apesar de ser experimental à altura, e para bem das pessoas de Odemira, neste momento continua a funcionar. Seria bom que Aljezur seguisse o exemplo e instalasse uma UCCI no edifício do antigo centro que saúde, que se encontra num avançado estado de degradação.-----

Relativamente à Rede Social, referiu que em Setembro foi votado a eleição de quatro eleitores do Município de Aljezur para integrarem a Rede Social, sendo a própria um desses quatro eleitores. Posteriormente foi contactada duas vezes para marcação de uma reunião, ambas foram desmarcadas, ainda durante o ano transacto e desde aí nunca mais foi contactada para nenhuma reunião da Rede Social, pelo que disse não saber se a Rede já estava implantada, se já estava a funcionar. Disse ainda que, infelizmente, recentemente teve contacto com uma situação social muito grave e caso a Rede já estivesse a funcionar, provavelmente, alguém poderia ter resolvido aquela situação mais rapidamente, não a deixando chegar a um ponto em que provocou danos a terceiros. -----

O Senhor Presidente da Câmara perguntou se a Senhora Ana Santos se estava a referir à Comissão de Protecção de Menores, ao que ela respondeu afirmativamente, tendo o Senhor Presidente da Câmara esclarecido que a Comissão ainda não tinha reunido, pelo facto de ainda não estar constituída com a indicação de todos os elementos, sendo que essa responsabilidade não é do Município de Aljezur.-----

Relativamente à questão das fissuras no mercado municipal, referiu que a situação irá ser analisada, pois a Câmara tem vindo a efectuar algumas melhorias no espaço, mas ainda há mais para fazer.-----

Quanto ao pavilhão desportivo, disse que de facto o edifício necessita de ser pintado e que a Câmara terá que analisar bem a questão, pois a despesa será muito elevada. Disse ainda que ao ser pintado o edifício poderá mudar de cor, no entanto nunca ficará totalmente branco, talvez sejam pintados alguns pormenores de cor.-----

Relativamente à questão da igreja, referiu que de facto está a necessitar de uma nova pintura, no entanto essa responsabilidade é da própria Igreja, pois a Câmara já tem apoiado diversas obras e aquisições.-----

Sobre os cuidados continuados de saúde disse que essa questão já foi debatida nesta Assembleia Municipal, que a Santa Casa da Misericórdia se poderia candidatar mas que desconhece se de facto a instituição já promoveu alguma iniciativa nesse sentido.-----

Quanto ao edifício do antigo Centro de Saúde, referiu que efectivamente ele tem as condições ideais para esses serviços aí funcionarem, no entanto aquelas instalações estão presas a um processo que decorre no Tribunal há mais de dez anos, processo esse que foi instaurado pela Santa Casa da Misericórdia contra a Administração Regional de Saúde, ou seja, ambas as entidades que eventualmente serão responsáveis pela instalação da unidade de cuidados continuados. -----

O Senhor Vítor Vicente referiu que uma vez que já tinha sido falado o assunto das piscinas, perguntou o que é que faltava para que se possa proceder à sua inauguração e, conseqüentemente, possam entrar em funcionamento. Perguntou também em que fase de construção é que se encontra o novo Pavilhão de Feiras e Exposições e também para quando está previsto o seu funcionamento. Mencionou ainda a necessidade de ser instalado um posto telefónico ao longo da Estrada Nacional duzentos e sessenta e oito, na Carrapateira, referindo de

que essa responsabilidade não é da Autarquia.- -----
Referindo-se ao memorando que foi enviado aos membros da Assembleia, estabelecido entre o Ministério do Ambiente e o Município de Aljezur, disse que em termos globais julga que o mesmo é positivo, no entanto disse haver algumas cláusulas que considera bastante vagas. Referiu-se também à questão dos esgotos do Espartal, nomeadamente quanto ao facto de inicialmente ser previsto que os resíduos da ETAR do Espartal iriam ser reencaminhados para a ETAR do Vale da Telha, mas que neste memorando está previsto que esses esgotos sejam reencaminhados para a ETAR de Aljezur. Disse ainda que só tinha pena que não tenha sido possível elaborar um documento mais objectivo, nalgumas das cláusulas que têm a ver com o primeiro outorgante. -----
O Senhor Presidente da Câmara, relativamente às piscinas, esclareceu que o edifício está concluído. Que a Autarquia tem vindo a desenvolver uma série de procedimentos administrativos relativos ao próprio funcionamento, nomeadamente concursos para a aquisição de mobiliário, de equipamentos desportivos, a admissão de pessoal, para a limpeza da piscina e manutenção dos equipamentos. Pois, só um técnico, um funcionário da recepção e o nadador-salvador é que serão funcionários do Município de Aljezur, todos os outros serviços irão ser contratados. E, todo esse processo tem sido muito moroso.-----
Relativamente ao Pavilhão de Feiras e Exposições, disse que não estava previsto o seu funcionamento para já, que não irá estar concluído aquando da realização do Festival Prazeres do Mar, que irá ter lugar no mês de Junho. -----
Quanto à instalação de um posto telefónico na estrada nacional duzentos e sessenta e oito, disse que as infraestruturas telefónicas já estavam concluídas, no entanto só recentemente é que a PT considerou que as infraestruturas executadas estavam em condições de serem utilizadas. -----
Em relação ao memorando, nomeadamente quanto às expressões que o Senhor Vítor Vicente disse considerar muito vagas, referiu que o documento elaborado foi de facto o possível, que a Autarquia tinha estipulado datas, prazos, mas que não foram aceites pelo Ministério do Ambiente. -----
Quanto à questão da ETAR do Espartal, referiu que este assunto tinha começado a ser discutido com a Algarve Dois, há algum tempo atrás, no sentido de resolver este problema e que não seria através de nenhum equipamento no Espartal, uma vez que o sistema iria ficar ligado ao do Vale da Telha, Monte Clérigo, Arrifana, Vales e encaminhado para a estação de Aljezur, pois esta era a solução mais rápida. A ETAR iria ser construída pela Algarve Dois, com o acompanhamento da Águas do Algarve, a quem depois iria ser entregue a obra no final. Isto porque não estava prevista uma data confortável para se construir a nova ETAR do Vale da Telha a tempo dos novos edifícios em construção poderem beneficiar desse equipamento. Entretanto, e depois da assinatura do memorando, a situação evoluiu muito positiva e rapidamente. Neste momento já há terreno para ser construída a ETAR do Vale da Telha, situado na zona dos Vales e a obra vai ser posta a concurso até final do mês de Maio, o que significa que estará concluída dentro de um ano a ano e meio. A conduta de drenagem dos esgotos irá desembocar a norte da Arrifana, designadamente em Vale Simão e irá servir também o Monte Clérigo e parte do Vale da Telha, para além do Espartal. -----
O Senhor Amílcar Duarte perguntou porque é que a drenagem de efluentes ia para tão longe. -----
O Senhor Presidente da Câmara disse que era por isso mesmo, para ficar longe. Disse que tinham sido propostas outras localizações, nomeadamente uma a sul da barragem do Vale da Telha e outra perto da Palmeirinha. Apesar das estações de tratamento de esgotos poderem até funcionar muito bem, pode até dizer-se que a água é bebível, no entanto, o efeito psicológico é enorme e ninguém gosta

de ver um equipamento desse género à porta de casa. E, quer queiramos, quer não, há sempre um dia ou outro em que há um certo cheiro, principalmente porque os ventos predominantes são de norte. E, há outra questão, que tem a ver com o barranco do Monte Clérigo e que obrigaria a que o efluente teria que ser lançado naquele vale, indo directamente para a Praia do Monte Clérigo. Como a água que sai da ETAR, do ponto de vista da legislação aplicável, tem que respeitar certos parâmetros e, nunca são parâmetros que se compatibilizem com a qualidade de água balnear. Logo isso poderia por em perigo a qualidade da própria praia. Referiu ainda que a localização escolhida foi aquela que causa menos inconvenientes do ponto de vista paisagístico e, por outro lado tem a vantagem do efluente ser lançado na linha de água, a vários quilómetros do mar.-----

A Senhora Ana Santos lembrou o Senhor Presidente da Câmara que há pouco tinha-lhe respondido em relação à Comissão de Protecção de Menores, mas que não lhe tinha respondido se a Rede Social já estava a funcionar a cem por cento neste momento.-----

O Senhor Presidente da Câmara pediu à Senhora Vereadora Fátima Neto que desse a resposta a esse assunto. -----

A Senhora Vereadora Fátima Neto referiu que a Rede Social já estava a funcionar, que o programa em si já estava concluído e que o financiamento que existia para implementar já terminou, uma vez que se destinava a concluir o diagnóstico e o plano de acção. Referiu ainda que a Rede Social é um conjunto de parceiros locais que elencam um conjunto de problemas, apontam sugestões, cuja responsabilidade da sua realização é de todos os parceiros. -----

A Senhora Ana Santos perguntou se a Rede Social sinaliza casos?-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto esclareceu que a Rede Social é um fórum e não sinaliza, nem trata casos, elenca problemas e necessidades no território. Analisa a forma como se irá potencializar o desenvolvimento social e todos os parceiros tem a sua quota-parte de responsabilidade nas soluções encontradas ou a encontrar. No entanto não trata ocorrências de pessoas em particular. -----

A Senhora Ana Santos disse pensar que a Rede Social, para além da análise social do território onde actua, também tinha a possibilidade de sinalizar casos sociais que necessitassem de algum apoio e de potencializar a resolução de uma série de problemas sociais. -----

A Senhora Vereadora Fátima Neto referiu que a Rede Social tem um núcleo executivo, que é composto por um grupo de técnicos das mais diversas áreas e que são cedidos pelos respectivos parceiros. Logicamente que, como os elementos que constituem o núcleo conhecem toda a população do Município, é normal que se, se depararem com algum caso social o mesmo seja comunicado, no entanto não é essa a finalidade da Rede Social. -----

A Senhora Ana Santos disse que, quando de facto as pessoas tem contacto com determinadas situações, era frustrante verificar que as situações existem, que todas as pessoas vêm e, no entanto parece que anda toda a gente com os olhos tapados até surgir uma situação mais grave. Como foi o caso de uma situação recente, em que a mesma se foi arrastando até chegar ao ponto de causar danos em determinados bens e, aí, já se verificou a intervenção da GNR. Só que esses danos poderiam ter ocorrido em alguma criança, ou, em algum idoso. Disse, ainda, não saber de que forma é que os serviços sociais da Câmara poderiam inserir este tipo de casos na Rede Social, pois deveria haver um departamento que realmente trate, ou canalize, casos semelhantes a este.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto esclareceu que isso foi feito e que a Autarquia tem estado a acompanhar o caso desde o início. Disse ainda que a pessoa em causa foi sinalizada para a área da saúde.-----

A Senhora Presidente da Assembleia informou que tinha sido esgotado o tempo previsto, pelo que concedeu mais quinze minutos para este ponto do Período Antes da Ordem do Dia.-----

O Senhor Amílcar Duarte referiu que, já que se exige que as moções a constar na Ordem de Trabalhos sejam enviadas com tempo, era bom que com o envio da própria convocatória da Assembleia Municipal fossem também enviados todos os documentos nela indicados, pois não compreende porque é que alguns documentos só são enviados com a segunda convocatória, principalmente quando se trata de documentação volumosa que necessita de algum tempo de estudo, não permitindo assim uma adequada análise visto ser recebida muito em cima da hora. Disse também ter pedido para ser incluída nesta Ordem de Trabalhos uma Moção sobre o “25 de Abril”, mas por falha sua não chegou a enviar o documento para a Assembleia, no entanto perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se iriam ter lugar algumas comemorações do “25 de Abril”, no Município de Aljezur. Pois nos últimos anos, o “25 de Abril” tem ficado esquecido em Aljezur e como não há assim tantos anos que ocorreu o “25 de Abril”, sendo que todos devem reconhecer a importância desta data, pelo que seria de dar maior importância à mesma. Disse não serem necessários festejos enormes, no entanto é importante que este dia seja comemorado com alguma dignidade, dentro daquilo que é possível.-----

Disse ainda que tem sido falado a implementação de uma paragem de autocarros na Rua “25 de Abril”, junto às Finanças, pelo que perguntou se já há alguma decisão sobre o assunto?-----

Em relação à construção do canil municipal, perguntou se a mesma tem sido acompanhada pelo Veterinário do Concelho?-----

Perguntou também onde é que está a ser feito o depósito de resíduos de jardins, se está a ser feito no Parque Industrial e, quais as perspectivas de tratamento desse tipo de resíduos?-----

Colocou ainda uma questão acerca do facto da Junta de Freguesia de Odeceixe estar a pagar uma renda elevada, de uma casa para que os Correios possam funcionar, e uma vez que já tinha sido sugerida a possibilidade de cedência de um espaço no mercado municipal para esse fim, perguntou se foi equacionada essa hipótese? Perguntou igualmente porque razão os semáforos da Carrapateira não estavam ligados e a iluminação pública do Largo do Comércio na Carrapateira estava desligada há cerca de duas semanas.-----

Questionou ainda se a Câmara já considerou a possibilidade de criar estacionamento para deficientes junto aos edifícios públicos?

O Senhor Presidente da Câmara referiu que as comemorações do “25 de Abril”, em Aljezur, nunca foram muito exuberantes, não que a data não o mereça, muito pelo contrário, mas tem sido feito aquilo que é possível. Tendo sugerido que, à semelhança do que alguns municípios fazem, no próximo ano fosse constituída uma Comissão, composta por elementos da Assembleia Municipal, com vista à elaboração de um programa para o efeito. Normalmente a Câmara costuma incluir no programa das comemorações do “25 de Abril”, algumas iniciativas que decorrem ao longo de todo o mês de Abril. Em relação à paragem de autocarros na Rua “25 de Abril”, disse haver alguma dificuldade em gerir essa situação, no que diz respeito à criação de um espaço adequado. Presentemente, nada impede a instalação da paragem a não ser o facto de ainda não ter sido encontrada uma solução quanto ao local, dadas as constantes dificuldades de estacionamento naquela zona. -----

Quanto ao depósito de resíduos decorrentes de limpeza de jardins no Parque Industrial, disse que convinha destacar o facto de que, normalmente, o que a Câmara costuma levar para aquele espaço, de sua propriedade, são os resíduos

de arbustos, de podas, algumas árvores que a Câmara corta e, que, em alguns casos costuma queimar. No entanto, aparecem lá outros tipos de lixo, que inclusive já fizeram com que fossem levantados autos à Câmara, sobre coisas que não foi a Autarquia a depositar no referido local. -----

Relativamente aos Correios em Odeceixe, disse desconhecer alguma evolução desse assunto, visto ser a Junta de Freguesia de Odeceixe que tem estado a tratar. Em tempos, a Junta tinha demonstrado algum interesse numa das lojas do mercado, para instalação desses serviços. Pediu ainda ao Senhor Vereador José Gonçalves para prestar mais alguns esclarecimentos acerca desta questão.-- Em relação aos semáforos da Carrapateira, esclareceu que os mesmos fazem parte da obra de requalificação urbana que está a ser feita naquela localidade, pelo que desconhece se já existem as adequadas condições técnicas para que os mesmos possam entrar em funcionamento. Quanto ao facto da iluminação pública do Largo do Comercio, na Carrapateira, estar desligada há cerca de duas semanas, disse que a Câmara tinha conhecimento dessa situação e que a mesma já tinha sido comunicada à EDP. -----

O Senhor Presidente da Câmara pediu ao Senhor Vereador José Amarelinho para prestar informação acerca da questão do canil municipal, logo que ele concluísse os seus esclarecimentos.-----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou para quando estava prevista a colocação de placas de orientação em Aljezur, sobretudo na Igreja Nova, pois para quem não é residente, ou não conhece a zona é difícil orientar-se e saber para onde se há-de dirigir. Deu o exemplo de umas pessoas de Lagos suas conhecidas que se deslocaram a Aljezur, para vir a um funeral e não encontraram nenhuma indicação de onde se situava o cemitério e quando estavam de partida não sabiam qual o sentido que deveriam tomar para sair da Igreja Nova em direcção a Lagos. -----

Relativamente à alimentação nas escolas, disse desconhecer se a Autarquia tem alguma influência nesta área, no entanto referiu uma notícia que leu num jornal, com os resultados de um estudo que foi efectuado pela ARS, ao longo dos últimos anos, em que vinha em grande destaque que dos dezasseis Municípios do Algarve, o Município de Aljezur é o que tem a pior alimentação na EBI/JI, sobretudo no que diz respeito às sopas, aos legumes, às frutas e aos fritos. Precisamente no que diz respeito aos alimentos mais saudáveis, é que a nossa escola apresenta os índices de percentagem mais baixos. Disse ainda que o Município de Vila do Bispo era o que apresentava os melhores índices. Pelo que perguntou se a Câmara tinha alguma possibilidade de interferir neste assunto, nomeadamente pressionando um pouco no sentido de ser servida uma alimentação mais saudável nas cantinas do Município de Aljezur. -----

Sugeriu ainda, e uma vez que as piscinas municipais estão quase a entrar em funcionamento, que seja adoptado um tipo de controlo mais funcional no que diz respeito aos frequentadores do pavilhão municipal, pois presentemente os utentes tem que vir pagar as mensalidades na Câmara e, depois quando vão frequentar as modalidades, ainda tem que levar os recibos para que o funcionário responsável possa comprovar que a pessoa já pagou as aulas e posteriormente colocar a vinheta no respectivo cartão. -----

Relativamente ao protocolo aprovado e relativo à conjugação das Adegas de Lagoa e Lagos, disse que de facto essa solução até poderá ser benéfica, em termos de qualidade e até de produção, uma vez que conhece-se que as duas adegas abarcam cerca de três quartos da produção de vinho de todo o Algarve. Colocou a questão referente ao transporte das uvas, pois segundo consta a adega irá ficar localizada na zona de Lagoa e como tal a distancia será maior, pelo que perguntou se está previsto ser feita uma recolha das uvas dos

produtores do Município de Aljezur, para que o transporte possa vir a ser feito em adequadas condições de higiene e temperatura das uvas até à adega, para que não seja necessário sujeitar os produtores a fazerem o transporte das uvas em cima dos reboques dos tractores.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que também não é assim tão complicado circular em Aljezur, se essas pessoas tiveram alguma dificuldade em se orientarem é porque não estão muito habituadas a sair de Lagos, pois é muito mais difícil as pessoas se orientarem em Lagos.

Relativamente à questão da alimentação nas cantinas escolares, pediu à Senhora Vereadora Fátima Neto para falar sobre o assunto.-----

Em relação às actividades no pavilhão, assentiu que de facto as coisas são assim, que não existe um cartão para os utentes do pavilhão, no entanto isso está a ser tratado para os utilizadores das piscinas e está a ser equacionada a utilização de um cartão único para os dois equipamentos.-----

Quanto à questão da Adega, disse que de facto a situação era essa, que o Governo disse que só apoiava a construção de uma adega, como a adega de Lagos tinha uma produção muitíssimo inferior à de Lagoa, as Adegas acordaram entre si esta solução que, de certo, trará uma imagem muito mais forte dado que passará a ser a adega do Algarve. Esclareceu ainda que o estado cede o terreno para a nova construção e o transporte das uvas será da responsabilidade da própria Adega, situação que salvaguarda os interesses dos produtores de Lagos e de Aljezur.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se era um facto que a venda do património da Adega de Lagoa iria servir para pagar as dívidas da Adega de Lagos? Pois foi isso que lhe constou e não pode deixar de considerar uma situação estranha. Perguntou ainda como é que fica de facto a situação patrimonial da Adega de Lagos? Para quando está previsto a entrada em funcionamento da nova Adega? E se poderá ser equacionada a hipótese de ser criado um posto de recolha das uvas no Município de Aljezur, sendo feito aí o esmagamento das uvas e depois ser transportado para a Adega apenas o mosto. Está apenas equacionado o transporte da uva, que para além de ser pouco prático, também é prejudicial em termos de qualidade do vinho?

Perguntou igualmente se está previsto manter alguma marca de Aljezur, ou da zona das Terras do Infante, dentro de todas as designações que decerto haverá na produção de vinhos da futura Adega?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que, em princípio, a produção do presente ano, não irá para a Adega de Lagos e sim para a adega de Lagoa. Disse ainda que a questão da construção da Adega, passa pela utilização dos recursos que cada Adega tenha, na proporção da produção de cada uma das adegas, ou seja, será na ordem dos trinta e cinco por cento para a Adega de Lagoa e, na dos vinte e cinco por cento para a Adega de Lagos, sensivelmente. No entanto a Adega de Lagoa terá sempre que investir muito mais do que a adega de Lagos. Quanto ao facto da Adega de Lagoa ir vender o património para pagar as dívidas da Adega de Lagos isso não é verdade, o que vai acontecer é uma fusão, sendo que a presidência da futura Adega será rotativa.-----

O Senhor Amílcar Duarte referiu o facto de haver sócios da Adega de Lagos que deram uvas ao longo dos anos, tendo contribuído de alguma forma para a constituição de património, assim como para a constituição de dívida.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que não tem conhecimento de como vão ser resolvidos esses pormenores. A ideia é que da parte da venda da Adega de Lagos possa haver a possibilidade de pagar aos agricultores sobre os quais existem as dívidas. Que no caso são poucos mas com muito dinheiro a haver. Quanto à questão de ser criado um posto de recolha de uvas no Município de

Aljezur, disse desconhecer esses pormenores, no entanto caberá à Adegas ponderar essas situações. -----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou ainda como é que ficava a situação relativamente ao facto de em tempos a Terras do Infante ter assumido a dívida e a responsabilidade do património da Adegas? -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Associação vai vender o edifício e o contrato de compra e venda só não foi já assinado, porque a Adegas ainda está a utilizar as instalações. -----

O Senhor Johannes Schydlo disse ter conhecimento de uma reunião de trabalho com a EDP e que gostava de saber quais são as medidas de poupança de energia que foram contempladas nessa reunião, referindo-se nomeadamente à avenida do Rogil e às ruínas que continuam iluminadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a resposta a este assunto iria ser dada pelo Senhor Vereador José Amarelinho, visto ser um assunto do seu pelouro. -----

O Senhor Vereador José Amarelinho passou a responder às questões colocadas, nomeadamente, em relação à mobilidade condicionada dos deficientes referiu que o Senhor Carlos Silva está a trabalhar com a Autarquia, num âmbito de um estágio, e está a fazer um estudo relativo às mobilidades condicionadas em todos os edifícios públicos do Município de Aljezur e, particularmente, em todos os projectos da Autarquia, quer presentes quer futuros, sendo que o assunto está a ser tratado dada a importância que tem para Câmara. -----

Relativamente à paragem de autocarros junto aos Correios, disse que de facto ela está autorizada pela Estradas de Portugal e tem a concordância da EVA, no entanto ainda não foi executada dada a forte recomendação do ponto de vista da prevenção rodoviária, pelo que esta solução tem que ser bem equacionada. ---

Relativamente ao problema de iluminação na Carrapateira, nomeadamente as quebras de tensão da iluminação pública e os apagões, devem-se a um problema num PT. Disse que o assunto já tinha sido comunicado à EDP com vista à sua reparação. -----

Quanto à questão dos semáforos na Carrapateira, esclareceu que os mesmos já estão a ser sujeitos aos respectivos testes, pelo que a Autarquia aguarda que os mesmos entrem em funcionamento dentro em breve. -----

Acerca da questão referente à poupança de energia, esclareceu que foram feitas uma série de auditorias, através da AREAL, que estão a ser implementadas do ponto de vista dos edifícios públicos e, nomeadamente, na Escola EBI/JI de Aljezur que apesar de não estar sob a jurisdição da Autarquia, esta não pode deixar aí fazer uma auditoria energética. -----

Em relação ao Rogil, esta é uma questão muito pertinente, dado que há quem diga que à noite a zona parece os Campos Elísios, mas o que é certo é que, quando a Câmara tentou deixar acesas apenas as lâmpadas alternadas, houve grande discordância por parte da população, nomeadamente aquelas pessoas que vivem junto à avenida e que ficaram sem luz junto das suas casas. Referiu ainda que esta não é uma matéria fácil, no entanto, não deixa de estar na ordem do dia e a Câmara tem que ser contida em relação aos gastos de energia, sendo este um dos objectivos transversal a toda a Autarquia, no âmbito do sistema de avaliação e desempenho que foi estipulado para o ano de dois mil e oito. -----

Relativamente à questão do canil, esclareceu que o projecto tem sido executado desde o início com o acompanhamento da AEZA. Em todas as reuniões estiveram presentes elementos da AEZA e o veterinário municipal, que entretanto se aposentou, mas que particularmente continua ligado à AEZA. -----

A Senhora Vereadora Fátima Neto passou a esclarecer a questão da alimentação na escola, referindo que também tinha lido esse artigo e que ele continha algumas incorrecções. Em primeiro lugar, disse ser necessário contextualizar o

mesmo, pois o mesmo foi feito mediante um protocolo com foi assinado com a ARS há já alguns anos, no âmbito da luta contra a obesidade. Ora esse estudo teve início na escola de Odeceixe, que foi escolhida de uma forma aleatória a nível do Algarve. Ao mesmo tempo a ARS começou a recolher ementas do segundo período escolar de todas as escolas do Algarve e detectou as inconformidades e, apresentou esses resultados concelho a concelho. Na altura, todas as entidades com cantinas escolares foram chamadas, e Aljezur não estava com resultados muito maus, apenas tinha as ditas inconformidades. A partir daí, passou a ser feito um trabalho de preparação de ementas mais saudáveis. Este programa já vai no terceiro ano e o artigo publicado, diz respeito ao estudo efectuado às ementas do ano lectivo de dois mil e cinco – dois mil e seis. Outra grande incorrecção nele constante é referir que cabe aos Municípios a responsabilidade da alimentação nas escolas. Ora isso não é verdade, pois essa responsabilidade do Município só abrange as cantinas do Primeiro Ciclo e no caso concreto de Aljezur, a Câmara só gere a cantina de Odeceixe. A cantina do Rogil é gerida pela Casa da Criança do Rogil e a da Aljezur é da responsabilidade da Direcção Regional de Educação. Actualmente, encontra-se a trabalhar no terreno uma nutricionista da ARS, que tem acompanhado a elaboração das ementas escolares do Município de Aljezur. Disse ainda que há poucos dias houve uma sessão de esclarecimento sobre obesidade na EBI/JI de Aljezur, com a presença da nutricionista e dos encarregados de educação, em que este artigo foi mencionado e foi focada a necessidade de ser feita a devida correcção aos dados apresentados.-----

O Senhor Vereador José Gonçalves passou a prestar esclarecimentos relativamente às fissuras do mercado de Aljezur, referindo que as mesmas têm que ser reparadas, no entanto, esses trabalhos serão os últimos a ser efectuados, bem como a pintura do espaço.-----

Em relação à igreja, disse que mais urgente ainda é a reparação do telhado, no entanto é necessário promover uma candidatura dado os elevados custos de tais obras.-----

Sobre as lojas do mercado de Odeceixe disse que neste momento não há lojas disponíveis no referido mercado. Existem duas lojas que, presentemente, estão numa situação menos regular mas isso é um facto para resolver no mercado de Odeceixe. No entanto isso é uma questão que terá que ser aprofundada com a Junta de Freguesia de Odeceixe.-----

Aproveitou também para deixar um convite aos membros da Assembleia Municipal, para estarem presentes no dia seguinte, nas comemorações do “25 de Abril” que, para além de uma marcha passeio e de um passeio de BTT pelo Município de Aljezur, contará também com uma grande festa convívio, a partir do meio-dia e meia hora, no pavilhão de feiras.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse ser pena que só tivessem andado a distribuir os panfletos referentes às comemorações do “25 de Abril”, nos dias vinte e um ou vinte e dois de Abril, com os eventos do início do mês.-----

INTERVALO: – Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de quinze minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

MOÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS CIVIL, PREDIAL, COMERCIAL E CARTÓRIO NOTARIAL NO MUNICÍPIO DE ALJEZUR: – Pelo Partido Socialista foi apresentada a seguinte

moção:-----

“É com particular preocupação que se vem assistindo, no caso em apreço, ao irregular funcionamento dos serviços dos Registos Civil, Predial, Comercial e Cartório Notarial no Município de Aljezur.-----

Fixemo-nos num passado recente, mais propriamente em mil novecentos e noventa e sete, e na conservadora de então, Doutora Maria Margarida Fresco Borlinha. Sem considerar os tempos de vacatura que em alguns casos foram superiores ao tempo de ocupação do lugar de Conservador, veja-se o frenesim alucinante de que a vaga foi alvo.-----

Seguiu-se-lhe o Doutor José Carlos de Beça Centeno Neves de Lima para de imediato dar lugar ao Doutor Luís Miguel Gonçalves Valente, que por sua vez passou o testemunho ao Doutor Paulo António Ferreira. Surge então, com mais uma saída a Doutora Cláudia Santos Crispim, que consegue criar uma base de trabalho efectivo e estável e permite alguma tranquilidade do ponto de vista do regular funcionamento dos serviços, por um período considerável. Mas seria bom de mais para ser verdade! Com a sua saída inicia-se mais um período frenético de alterações. Surge a Doutora Ana Filomena Faísca Anastácia Soares Ferreira, pouco tempo depois a Doutora Sandra Maria Jorge Pataca, até à mais recente chegada Doutora Maria Teresa Silva Conceição, que regista segundo estamos em crer, o recorde para o espaço de tempo de trabalho mais curto do trabalho em causa!-----

Nenhuma das pessoas atrás citadas é criticável ou censurável!-----

O que não é entendível e justificável para o comum dos munícipes é a razão para que tudo se passe desta forma!-----

Decorrerá tal triste facto do lugar ter nomeação efectiva, estando o seu titular requisitado e dando assim origem a sucessivos concursos internos (mesmo estes não são abertos) o que leva a que nenhum conservador possa equacionar a sua carreira em Aljezur?-----

A ser isto verdade, arrastar-se-á tal situação até quando?-----

Como pretende o Instituto do Registos e Notariado, IP, solucionar este grave problema, pondo cobro de vez a este perfeito desvario que só perturba os particulares, as instituições, as empresas e mesmo os funcionários do Conservatória de Aljezur, a quem deixamos uma palavra de reconhecimento pelo “calvário” a que têm sido sujeitos?-----

A situação é tanto mais complicada quanto a Conservatória de Aljezur deverá ter capacidade de resposta para os Registos Civil, Predial e Comercial, bem como, todas as matérias do foro do Cartório Notarial.-----

Está pois criada uma situação insuportável, intolerável e de difícil gestão, particularmente por parte dos próprios serviços.-----

É neste perspectiva e por tudo o atrás mencionado, que a Assembleia Municipal de Aljezur delibera manifestar a sua preocupação relativamente à matéria em apreço, enviando a presente moção às entidades a seguir indicadas, na expectativa de ver solucionado no imediato mais um problema que tanto nos afecta:-----

- Ministério da Justiça;-----
- Instituto do Registos e Notariado, IP;-----
- Governo Civil de Faro;-----
- AMAL;-----
- Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República;-----
- ANMP;-----
- Comunicação Social.”-----

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que, ela própria, como funcionária das Finanças, poderia testemunhar o problema que “este sai e entra” de

conservadores/notários tem acarretado, tanto para os munícipes de Aljezur como para as pessoas que aqui trabalham, que tem a sua vida complicada tendo que se deslocar para os concelhos limítrofes, neste caso Lagos e Odemira, para realizarem actos notariais que poderiam ser realizados em Aljezur. Assim como, no que diz respeito à receita que não entra nos cofres do Município de Aljezur, uma vez que não se realizam escrituras há uma série de tempo. Logicamente que esta é uma situação que não pode passar em claro, designadamente por os munícipes de Aljezur não merecerem esse desrespeito e desprezo por parte da Direcção Geral dos Registos do Notariado. Disse ainda que esta situação é inqualificável.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que de facto o que se tem vindo a passar é um problema grave, porque se repercute não só na situação dos munícipes que necessitam de recorrer àqueles serviços, como na situação dos funcionários que dependem destas situações. Aliás, disse haver alguns casos graves até em termos de situações que existem de registos que foram mal feitos, por culpa da Conservatória e, que, por não haver um conservador no serviço, não é possível corrigir. Pois os funcionários por mais competentes que sejam e por mais competências que lhes sejam delegadas, não tem aptidão para resolver essas situações. Tal como não tem competência para realizar determinadas escrituras. E, há situações que se vêm arrastando há anos e anos, algumas com mais de dez anos.-----

Referiu ainda que, quando é dito aqui que não é posta em causa o trabalho deles, pela parte que lhe toca, disse que da última conservadora que esteve em Aljezur tinha muitas e muitas queixas. Talvez tenha sido benéfico ter ido embora, visto não ser uma mais valia para o Município de Aljezur. Disse a ter visto no dia em que chegou, ainda a viu mais duas ou três vezes no Cartório e, quando finalmente tinha conseguido que ela a recebesse para tratar de situações referentes a certos registos, a Senhora tinha ido embora na véspera, numa partida relâmpago.-----

Quis ainda salientar que, possivelmente, os melhores funcionários que já passaram por aqueles serviços são os que se encontram a trabalhar lá presentemente, no entanto, é lamentável que não haja uma pessoa competente à frente da repartição que desse andamento às situações, que eles próprios não tem competência para o fazer. -----

Posta à votação, foi a moção aprovada por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO DOIS

EDGAR JOSÉ TEIXEIRA SOARES E ANA CATARINA CRAVEIRINHA – DESISTÊNCIA DA AQUISIÇÃO DO LOTE NÚMERO TREZE, DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DE MARIA VINAGRE: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de oito de Janeiro de dois mil e oito, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que esta situação é mais uma das várias que já se vêm repetindo nesta Assembleia. -----

Posto à votação, foi a restituição de caução e vinte e cinco por cento da importância para no acto da assinatura de contrato de promessa de compra e venda, aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

APRECIACÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E SETE: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e dois de Abril de dois mil e oito, sobre o assunto em epígrafe, que acompanhava o respectivo documento, os quais ficam arquivados em pasta própria.-----

A Senhora Presidente da Assembleia disse ter tido conhecimento que este documento não tinha chegado nas melhores condições quando foi enviado, pelo que só na véspera foi reenviado aos membros da Assembleia, desculpando-se por tal facto. Disse ainda que o mais breve possível irá encontrar uma solução para um envio mais eficaz de documentação via electrónica.-----

O Senhor Amílcar Duarte sugeriu que este tipo de documentação fosse consultada no servidor, em que seria enviado aos membros da Assembleia o respectivo endereço, que através de uma password poderiam entrar no site da Câmara e fazer o download do documento pretendido.

A Senhora Presidente da Assembleia disse que iria ser equacionada essa situação para resolver os problemas com o envio de documentação. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu não ter muito a dizer em relação ao presente documento, pois as contas são o resultado técnico da execução do ano anterior. Esclareceu ainda que o ano de dois mil e sete, foi o ano em que houve um maior investimento desde sempre e até à data.-----

Que as receitas tinham atingido quase quinze milhões de euros, as receitas correntes também foram as maiores de sempre, que permitiu utilizar as mesmas, cerca de um milhão e trezentos mil euros em despesas de capital.-----

Disse igualmente, que o investimento também foi o mais elevado, tendo rondado cerca de oito milhões. Referiu que há uma relação de dívidas de cerca de quatrocentos mil euros, mas que parte dessa dívida é virtual devido à facturação recebida até ao final do mês de Dezembro.-----

Esclareceu ainda que a Câmara não necessita de recorrer a nenhum tipo de crédito para pagar estas contas, tendo em conta que há uma modalidade nova para os Municípios que não tem dinheiro para pagar as dívidas aos fornecedores e, que podem recorrer ao crédito para fazer esses pagamentos, o que considera uma situação estranhíssima. Disse que o mais frustrante é que o Governo paga parte dos juros desses empréstimos, facilitando assim a vida a quem não cumpre com as suas obrigações. Referiu também que a execução em termos de despesas de capital, é habitualmente mais baixa, e andou na ordem dos sessenta e cinco por cento.-----

Mais informou que a receita do IMT foi de dois milhões cento e sessenta e um mil euros e, a receita do IMI foi de novecentos e trinta e sete mil euros. Em relação ao ano de dois mil e seis verificou-se um aumento de cerca de quinhentos mil euros.-----

A Senhora Rosa Cigarra referiu que, em relação ao Vale da Telha as pessoas estão muito descontentes devido ao facto de algumas não conseguirem registar os lotes e as casas e, mesmo assim, têm que pagar IMT e IMI aos valores actualizados, alguns há mais de dez anos.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que não é de admirar essas pessoas não conseguirem registar os lotes, devido ao facto de não existir alvará. No entanto, relativamente a esse assunto a Câmara é um sujeito passivo, visto essa situação não ser gerida pela Autarquia. -----

A Senhora Presidente da Assembleia disse que em relação a este assunto, talvez a solução partisse por, no próximo ano quando forem fixadas as taxas de IMI, se pudesse ter uma atenção com esses lotes em que não é possível construir. O problema maior é que anteriormente o valor não era muito elevado, mas a partir do momento em que houve a transição para o IMI, os lotes foram reavaliados e daí o aumento do seu valor. -----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se a Câmara poderia passar uma declaração a certificar que nesses lotes não é possível construir?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Câmara pode passar essas declarações, resta saber é se as Finanças as aceitam.-----

A Senhora Presidente da Assembleia disse que a única solução que os proprietários têm é pedirem a eliminação do prédio na matriz. Só que as pessoas também não querem perder os seus direitos.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se podia ser eliminado um terreno da matriz?-----

A Senhora Presidente da Assembleia respondeu que sim, desde que o proprietário o solicite, alegando que não pode construir e se houver um documento comprovando que não é permitida a construção.-----

O Senhor Vereador José Amarelinho esclareceu que aquando da elaboração das cartas de zonamento, conjuntamente com as Finanças, as quais determinam também o valor a pagar de imposto, a Câmara teve o cuidado de sensibilizar aqueles serviços precisamente para o que se está a passar. Assim as taxas são significativamente mais baixas o que vai onerar menos os proprietários, no entanto e tal como o Senhor Presidente disse a Câmara não tem parecer vinculativo nesse assunto.-----

A Senhora Rosa Cigarra referiu que alguns dos casos de que já falou, são de pessoas que têm casas já construídas, que continuam a pagar o respectivo IMI, sendo que algumas delas são casas bem grandes e com piscina, pelo que, são muito bem avaliadas e, no entanto, não as conseguem registar. Não estava apenas a referir proprietários de terrenos para construção.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que, obviamente, que não tinha tido tempo de analisar bem o documento, no entanto e relativamente ao aumento das receitas, disse que eventualmente quando forem definidas as percentagens para os impostos do ano seguinte e, se as transferências do Estado não forem reduzidas, o Município poderia ponderar a hipótese de jogar com umas taxas mais apetecíveis. Disse ainda que, aparentemente, é satisfatório termos passado com um saldo de mais de dois milhões de euros. No entanto, o facto de haver um saldo tão elevado deve ser por alguma coisa que, eventualmente, não correu bem.-----

A Senhora Lurdes Rosa, funcionária da Câmara Municipal, prestou alguns esclarecimentos, nomeadamente, referindo que os proveitos foram superiores aos custos, em dois milhões cento e sessenta e um mil euros. Ora este resultado líquido, numa empresa é muito significativo, pois significaria a empresa teria tido lucro naquele ano. Em termos de uma Autarquia, não se poderá ver esse resultado sobre o ponto de vista de lucro, pois esse não é o objectivo de uma Autarquia, será analisado, isso sim, em termos de números.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que na prática a Câmara ficou mais rica, mas não ficou com mais dinheiro.-----

O Senhor Vítor Vicente perguntou se na parte de capital, a execução da percentagem de sessenta e cinco por cento, se deveu a alguns projectos que eventualmente a sua execução se atrasou.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que este ano foi gasto muito dinheiro com a construção das piscinas, no entanto, o projecto de execução do parque de feiras e exposições atrasou-se e, por conseguinte foi gasta uma verba inferior à prevista.-----

O Senhor Amílcar Duarte solicitou alguns esclarecimentos, designadamente em relação ao Relatório de Contas e a comparação entre o orçamento inicial e o orçamento executado.-----

O Senhor Presidente da Câmara deu como exemplo, a hipótese de ter adjudicado uma obra no valor de quinhentos mil euros, ora essa despesa estaria assumida e a Câmara iria gastar essa verba. Mas se a obra só fosse executada em parte e, num valor de cem mil euros, a despesa efectivamente paga seria de cem mil euros, no entanto o compromisso dessa obra seria correspondente aos

quinhentos mil euros. -----
O Senhor Amílcar Duarte perguntou o significado de uma verba, no montante de cinquenta e oito mil euros, transferida pela Casa da Criança do Rogil para a Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que essa verba correspondia a um adiantamento que a Câmara fez, para pagamentos referentes à construção da creche de Aljezur e entretanto a Casa da Criança recebeu essa verba e restituiu-a à Autarquia. -----

O Senhor Amílcar Duarte referiu que estas contas têm chegado a um nível de complicação, que se torna difícil compreender estes documentos sem algum tipo de esclarecimentos. -----

O Senhor Johannes Schydlo perguntou qual o significado da classificação das transferências em que vem mencionado “*resto do mundo*”? -----

A Senhora Lurdes Rosa, funcionária da Câmara Municipal, informou que essa classificação era uma previsão e, tem a ver com eventuais transferências para um país que não os da União Europeia. -----

Posto à votação, foi a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão de dois mil e sete, aprovada por maioria, com as abstenções dos membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra, Ana Santos e Amílcar Duarte. -----

PONTO NÚMERO QUATRO

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: – A Senhora Ana Santos disse que gostaria de saber se já existe uma previsão de quando poderá começar a funcionar o serviço de fisioterapia no Centro de Saúde de Aljezur? -----

Relativamente às quatro pessoas do Município de Aljezur que vão ser operadas às cataratas a Cuba, disse considerar uma óptima iniciativa e perguntou quais são os municípios? -----

Acerca da falta de resposta a nível da saúde mental e dos esforços que estão a ser feitos junto das entidades competentes, disse querer manifestar que considera uma óptima acção, porque realmente são casos muito complicados e muitas vezes sem o apoio da própria família, tendo que ser a sociedade a dar essa resposta. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que em relação à questão da fisioterapia, a Senhora Vereadora Fátima Neto está mais capacitada para falar sobre o assunto. -----

Em relação aos doentes que vão ser operados em Cuba, disse que eram a D. Cleoníce Gonçalves, a D. Maria Manuela de Jesus, a D. Domitília e o Senhor Hermenegildo, que é funcionário da Câmara. -----

A Senhora Ana Santos perguntou se houve conhecimento por parte da população em geral, acerca deste assunto? -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que há uns meses atrás foi feito um aviso, para as pessoas se deslocarem aos serviços da Câmara e apresentarem o seu problema. Houve cerca de uma dezena de inscrições. Posteriormente veio um médico cubano a Vila Real de Santo António e ao Alandroal e, as pessoas inscritas foram chamadas para se deslocarem ao Alandroal a fim de serem inspeccionadas, das dez inscritas foram apenas seis. Das seis consultadas, todas necessitavam de ser operadas, sendo que no caso específico de uma delas só era conveniente ser operada dentro de um ano. Das cinco restantes, entretanto uma foi operada, pelo que restaram quatro. -----

Posteriormente, mais pessoas se têm dirigido à Câmara para se inscreverem para uma próxima oportunidade. No entanto, a situação também pode mudar, pois as respostas do Serviço Nacional de Saúde têm estado a mudar. -----

O Senhor Vítor Vicente perguntou quais eram as condições deste acordo de

colaboração?-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que cada operação às cataratas fica em mil e trezentos euros, que já inclui toda a estadia e alimentação de duas semanas em Havana – Cuba, bem como toda uma série de exames a que são sujeitos os pacientes. Para além dessa importância, a Câmara paga igualmente a viagem dos munícipes, perfazendo um total de dois mil e trezentos euros, por pessoa. -----

O Senhor Dionísio Silva perguntou se houve também algum critério de origem económica? -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, em conversa com o Senhor Embaixador de Cuba, foi-lhe dito que inicialmente esta iniciativa tinha como objectivo apoiar os países mais pobres e atingir num determinado prazo um milhão de operações. No âmbito do acordo estabelecido, há a expectativa de que as pessoas que vão ser operadas, sejam pessoas que não têm muitos recursos. Fora do âmbito do acordo, eles também operam pessoas mais abastadas. No caso concreto do Município de Aljezur disse não se poder dizer que hajam muito pessoas com muito dinheiro.-----

Esclareceu ainda que o protocolo assinado estende-se ainda a outro tipo de intervenções e doenças oftalmológicas. -----

Referiu ainda o facto do preço das operações já ter baixado muito em certas clínicas e que o próprio Governo, sentindo-se de alguma forma “*envergonhado*”, já diz que faz as operações mais baratas e que as listas de espera estão mais reduzidas, sendo que em alguns casos nem sequer existem. -----

O Senhor Amílcar Duarte referindo a adjudicação, à empresa HPE, das obras de remodelação do Espaço +, em Aljezur, perguntou se aquele edifício era propriedade da Câmara?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o edifício é propriedade da Segurança Social, havendo no entanto, um protocolo assinado para a utilização do espaço e para a sua adaptação. -----

O Senhor Amílcar Duarte disse que assim a Câmara está a fazer obras num espaço que não lhe pertence. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o espaço foi cedido à Câmara por tempo indeterminado. Aliás, a Câmara já tinha realizado outras obras, nomeadamente a construção das casas de banho. -----

O Senhor Amílcar Duarte, mencionou a informação que vem referida no Boletim Municipal e perguntou se futuramente vai haver um Boletim Municipal e uma Newsletters? -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que sim. Enquanto o Boletim é semestral, a Newsletters poderá sair de dois em dois meses, terá a capacidade de duas folhas A quatro e disponibilizará outro tipo de informação diferente do Boletim Municipal. -----

O Senhor Amílcar Duarte disse que talvez fosse preferível optar apenas pelo Boletim Municipal, que poderia ser mais pequeno e sair mais regularmente. -----

Em relação à questão da fisioterapia, perguntou se foi equacionada a possibilidade de ser dado apoio, dentro da área desse serviço, aos utentes do Lar da Terceira Idade?-----

Quanto ao Museu da Carrapateira disse ter ficado muito feliz por o mesmo ir ser finalmente inaugurado.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que, possivelmente, a inauguração do Museu do Mar e da Terra, da Carrapateira, irá ter lugar no dia um de Maio e, que tinham sido enviados os convites por e-mail.-----

Senhor Amílcar Duarte perguntou o que é que estava previsto em relação à variante de Aljezur?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Câmara tem andado em conversações com a Estradas de Portugal, acerca deste assunto. Que foram feitas algumas propostas, que estão a ser estudadas outras alternativas, pois dizem que não têm dinheiro para executar o projecto existente. Disse ainda que há uma determinação do Senhor Secretario de Estado para que a obra avance, por parte da Estradas de Portugal. No entanto, essa orientação está condicionada por falta de receitas.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto passou a responder à questão anteriormente colocada sobre o serviço de fisioterapia, esclarecendo que a fisioterapeuta já se encontra colocada no Centro de Saúde de Aljezur, estando neste momento em fase de integração, o Centro de Saúde tem a sala mas ainda não há o equipamento, que terá que ser disponibilizado pela ARS. Disse que, em princípio, estava previsto que a fisioterapeuta vá participar na equipa de cuidados continuados integrados.-----

Em relação ao início do funcionamento do serviço de fisioterapia, não há uma data prevista, pois tudo depende da chegada do equipamento. Em relação a um possível apoio no Lar, pelo Doutor Godinho não foi dada nenhuma indicação, no entanto, os utentes do Lar poderão sempre deslocar-se ao Centro de Saúde através da Santa Casa da Misericórdia. -----

A Senhora Presidente da Assembleia informou os restantes membros da Assembleia que irá ser marcada uma sessão extraordinária, para o mês de Maio.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente não verificou qualquer pedido de intervenção.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas zero horas quinze minutos do dia vinte e cinco de Abril de dois mil e oito, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

A Presidente

A Primeiro-Secretário
